

## AGEO NORTE TERMINAIS E ARMAZENS GERAIS S/A

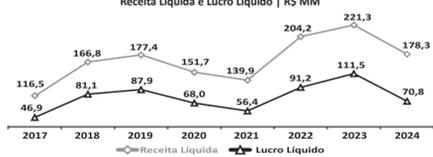
CNPJ/MF nº 04.272.637/0001-98

### DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2024 E 31 DEZEMBRO DE 2023 - (Em milhares de Reais)

**Relatório da Administração**  
Desempenho Operacional: A Ageo Norte Terminais e Armazéns Gerais S.A. ("Ageo Norte") é controlada pela EBT – Empresa Brasileira de Terminais e Armazéns Gerais Ltda. ("EBT"), em conjunto com suas demais controladas ("Grupo EBT"). Em 2024, a Ageo Norte movimentou 1.397.454 toneladas de grãos líquidos, atendendo aos compromissos anuais de Movimentação Mínima Contratual (MMC) previstos nos seus contratos de arrendamentos.

Ageo Norte operou em 2024 com 100% de sua capacidade contratada com contratos *take-or-pay*, com uma carteira de clientes diversificada, de alta qualidade e com baixo risco de crédito. A receita líquida da Companhia em 2024 foi de R\$ 178.306 mil e lucro líquido de R\$ 70.783 mil.

Receita Líquida e Lucro Líquido | R\$ MM



**Demais Investimentos:** A Companhia mantém um compromisso contínuo com a modernização e adequação dos seus ativos, investindo em manutenção e segundo seu plano plurianual de investimentos para implementação de medidas de segurança e eficiência operacional do terminal. Esse plano inclui a (i) otimização das plataformas de carga/descarga de caminhões-tanque, inclusive com automação; (ii) capacitação técnica dos colaboradores e (iii) diversidade, programas ambientais e de segurança. **Endividamento e Covenants:** A Companhia emite uma debênture incentivada com vencimento em 2027, com saldo devedor de R\$ 130.893 mil, considerando o efeito dos instrumentos financeiros derivativos – Swap. A EBT é a fiadora dessa emissão e um dos compromissos da dívida ("covenant") é a manutenção do índice financeiro consolidado ("Divida Líquida/EBITDA"), ("Alavancagem") inferior a 3,5x. O Grupo EBT encerrou em 2024 com um alavancagem de 0,34x. O Grupo EBT tem nas suas quotas de investidores não acionistas de entregar ao agente fiduciário, em caráter de garantia, em estabelecido nas escrituras das debêntures, em caso de adiamentos de dividendos do exercício realizado no primeiro semestre: (i) ITR e (ii) Relatório de assurance limitada revisado e assinado por empresa de auditoria independente que comprovem os limites de índice financeiro e pagamento de dividendos.

Matheus Ruiz Santiago - Diretor Presidente  
Ricardo Wiering de Barros - Diretor Administrativo Financeiro

Balança patrimonial individual em 31 dezembro de 2024 e 31 dezembro de 2023 - (Em milhares de Reais - R\$)	
Ativo	Passivo
<b>Circulante</b>	<b>Circulante</b>
Caixa e equivalentes de caixa	162.151
Instrumento financeiro derivativo - Swap	145.774
Contas a receber	107.763
Outros créditos	3.298
Impostos a recuperar	28.449
Despesas antecipadas	6.779
Despesas em aberto	8.285
Despesas em aberto	592
Despesas em aberto	87
Despesas em aberto	15
Despesas em aberto	271
Despesas em aberto	566
Despesas em aberto	1.622
Despesas em aberto	1.622
<b>Não circulante</b>	<b>Não circulante</b>
Dividendos a recuperar	453.243
Depósitos judiciais	445.974
Instrumento financeiro derivativo - Swap	273
Imobilizado	172
Direito de uso	1.184
Intangível	6
	21.450
	273.196
	276.416
	22.145
	145.956
	145.956
<b>Total do ativo</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>
615.394	591.748

Demonstração dos resultados		Demonstração dos fluxos de caixa	
	2024	2023	
Receita operacional líquida	28	178.306	Fluxo de caixa das atividades operacionais
Custo dos serviços prestados	(29)	(57.699)	Lucro líquido do período
<b>Lucro bruto</b>	<b>120.607</b>	<b>120.607</b>	70.783
Despesas gerais e administrativas	29	(6.327)	111.826
Outras receitas (despesas)	29	(522)	70.783
<b>Resultado antes do resultado financeiro</b>	<b>113.758</b>	<b>113.758</b>	111.826
Despesas financeiras	30	(30.164)	42.587
Benefícios financeiros	30	23.462	(42.587)
<b>Resultado líquido</b>	<b>70.783</b>	<b>70.783</b>	70.783
<b>Lucro antes do IR e contribuição social</b>	<b>107.056</b>	<b>107.056</b>	107.056
Imposto de renda e contribuição social correntes	24	(38.181)	(54.007)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	1.909	(3.164)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>70.783</b>	<b>70.783</b>	70.783
<b>Lucro por ação</b>	<b>1,81</b>	<b>2,85</b>	1,81
<b>Demonsração dos resultados abrangentes</b>	<b>70.783</b>	<b>111.498</b>	111.498
Lucro líquido do exercício	70.783	111.498	111.498
Outros resultados abrangentes	-	-	-
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>	<b>70.783</b>	<b>111.498</b>	111.498

Demonstração das mutações do patrimônio líquido	Reserva de capital		Reserva de lucros		Reserva estatutária	Reserva de retenção de lucros	Reserva de capital acumuladas	Lucros acumulados	Total
	Capital	Reserva de reavaliação	Reserva	Reserva legal					
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2023</b>	<b>56.572</b>	<b>1.491</b>	<b>11.314</b>	<b>26.042</b>	<b>103.808</b>	-	-	-	<b>199.227</b>
Realização da reserva de reavaliação - líquida	-	(440)	-	-	440	-	-	-	-
Transferência para reserva de capital	-	-	-	-	(411)	411	-	-	-
Reserva de lucros	-	-	-	-	(29)	-	-	(29)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	111.498	-	-	111.498	111.498
Constituição de reservas	-	-	-	-	(5.575)	-	-	(5.575)	-
Dividendos adicionais	-	-	-	-	(47.236)	-	-	(47.236)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(26.481)	-	-	(26.481)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>56.572</b>	<b>1.051</b>	<b>11.314</b>	<b>31.617</b>	<b>56.572</b>	<b>411</b>	-	<b>157.537</b>	<b>411</b>
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2024</b>	<b>56.572</b>	<b>1.051</b>	<b>11.314</b>	<b>31.617</b>	<b>56.572</b>	<b>411</b>	-	<b>157.537</b>	<b>411</b>
Realização da reserva de reavaliação - líquida	-	(369)	-	-	369	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	70.783	-	-	70.783	70.783
Constituição de reserva estatutária	-	-	-	-	(3.539)	-	-	(3.539)	-
Dividendos adicionais	-	-	-	-	(369)	-	-	(369)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(50.433)	-	-	(50.433)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>56.572</b>	<b>682</b>	<b>11.314</b>	<b>35.156</b>	<b>56.572</b>	<b>411</b>	-	<b>160.707</b>	<b>411</b>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**1. Contexto operacional:** Localizada no Porto de Santos (Ilha Barnabé), a Ageo Norte Terminais e Armazéns Gerais S.A. ("Ageo Norte") ou "Companhia" detém os direitos de exploração e uso de Instalação Portuária de Uso Público Especial (IPUPE), com utilização de área sob administração da Autoridade Portuária de Santos, obtido por meio de licença pública concedida pelo CONTRATO DP/09.2000, firmado em 28 de março de 2000. A Ageo Norte celebrou, em 01 de junho de 2015, o Sétimo Instrumento Aditivo - Retificação, Ratificação, Subrogação e Prorrogação ao CONTRATO DP/09.2000, de 28 de março de 2000 entre a Secretária de Portos da Presidência da República - SEP/PR, CNPJ/MF nº 08.855.874/0001-32 e a Ageo Norte Terminais e Armazéns Gerais S.A., CNPJ/MF nº 04.272.637/0001-98, tendo como intervenientes a Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, CNPJ/MF nº 04.903.587/0001-08 e Administração da Autoridade Portuária de Santos, CNPJ/MF sob nº 04.837.524/0001-07, tendo como objeto retificação, ratificação, subrogação e prorrogação do CONTRATO DP/09.2000 em 28 de março de 2000. As principais atividades operacionais desenvolvidas pela Ageo Norte, em linha com o direito de exploração comercial de instalação portuária, estão relacionadas à prestação de serviços de armazenagem, movimentação, embarque e desembarque de líquidos a granel, por meio dos muelles marítimos e rodoviários. O empreendimento está voltado, sobretudo, para a armazenagem de grãos líquidos, incluindo etanol, produtos químicos, refrigerados, corrosivos, químicos, petroquímicos, combustíveis, ácidos, óleos minerais e vegetais, produtos alimentícios e especialidades para importação e/ou exportação. Em dezembro de 2023 entrou em operação o Pier 2 batizado como "Pier Ageo SP". Trata-se de um novo Pier construído pela Ageo Norte, cujo valor investido foi revertido parte como outorga no valor de R\$ 146.389 e outra parte como ativo imobilizado da Companhia no valor de R\$ 27.450. A construção visa fortalecer o comércio Internacional e produtividade do Porto de Santos reduzindo o tempo de espera de atracação de navios de grãos líquidos. A Companhia é subsidiária integral da Empresa Brasileira de Terminais e Armazéns Gerais Ltda. (EBT). **1.1. Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2024 - Reforma Tributária sobre o consumo** - Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 32, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da reforma está baseado num IVA bipartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o IIS e a ICMS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICFMS e o ISS. Foi criado também um imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Em 17 de dezembro de 2024 foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte do modelo de lei sancionada pela Presidência da República. Embora a regulamentação e instituição do IBS tenha sido inicialmente prevista para o início do PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão conhecidos quando do finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024. **2. Base de preparação: Declaração de conformidade** - As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (*IFRS Accounting Standards*), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee (IFRIC Interpretations)* ou pelo seu órgão sucessor, *Standing Interpretations Committee (SIC Interpretations)* e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizadas na nota explicativa 4. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas à Companhia através da DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar riscos significativos sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas seguindo os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àquelas adotadas no encerramento do último exercício social em 31 de dezembro de 2023. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 21 de março de 2025. **3. Moeda funcional e moeda de apresentação** - Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais, moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos** - Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são consistentes com o reconhecimento de riscos da Companhia. As revisões das estimativas são realizadas prospectivamente. **4. Julgamentos críticos** - As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota explicativa nº 15.2** - Arrendamentos a pagar: se um contrato contém um arrendamento. **• Incertezas sobre premissas e estimativas** - As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício final em 31 de dezembro de 2024 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota explicativa nº 7** - Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da perda efetiva. **• Nota explicativa nº 13** - Vida útil do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações. **• Nota explicativa nº 13** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. **• Nota explicativa nº 13** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. **• Nota explicativa nº 13** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. **• Nota explicativa nº 13** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. **• Nota explicativa nº 13** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. **• Nota explicativa nº 13** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. **• Nota explicativa nº 13** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. **• Nota explicativa nº 13** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. **• Nota explicativa nº 13** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. **• Nota explicativa nº 13** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. **• Nota explicativa nº 13** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. **• Nota explicativa nº 13** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. **• Nota explicativa nº 13** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. **• Nota explicativa nº 13** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. **• Nota explicativa nº 13** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. **• Nota explicativa nº 13** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. **• Nota explicativa nº 13** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. **• Nota explicativa nº 13** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. **• Nota explicativa nº 13** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. **• Nota explicativa nº 13** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. **• Nota explicativa nº 13** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. **• Nota explicativa nº 13** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. **• Nota explicativa nº 13** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. **• Nota explicativa nº 13** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. **• Nota explicativa nº 13** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. **• Nota explicativa nº 13** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. **• Nota explicativa nº 13** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. **• Nota explicativa nº 13** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. **• Nota explicativa nº 13** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. **• Nota explicativa nº 13** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. **• Nota explicativa nº 13** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. **• Nota explicativa nº 13** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. **• Nota explicativa nº 13** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. **• Nota explicativa nº 13** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. **• Nota explicativa nº 13** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. **• Nota explicativa nº 13** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. **• Nota explicativa nº 13** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. **• Nota explicativa nº 13** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. **• Nota explicativa nº 13** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. **• Nota explicativa nº 13** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. **• Nota explicativa nº 13** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. **• Nota explicativa nº 13** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. **• Nota explicativa nº 13** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. **• Nota explicativa nº 13** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. **• Nota explicativa nº 13** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. **• Nota explicativa nº 13** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. **• Nota explicativa nº 13** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. **• Nota explicativa nº 13** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. **• Nota explicativa nº 13** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. **• Nota explicativa nº 13** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. **• Nota explicativa nº 13** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. **• Nota explicativa nº 13** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. **• Nota explicativa nº 13** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. **• Nota explicativa nº 13** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. **• Nota explicativa nº 13** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. **• Nota explicativa nº 13** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. **• Nota explicativa nº 13** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. **• Nota explicativa nº 13** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. **• Nota explicativa nº 13** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. **• Nota explicativa nº 13** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. **• Nota explicativa nº 13** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. **• Nota explicativa nº 13** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. **• Nota explicativa nº 13** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. **• Nota explicativa nº 13** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. **• Nota explicativa nº 13** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. **• Nota explicativa nº 13** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. **• Nota explicativa nº 13** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. **• Nota explicativa nº 13** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. **• Nota explicativa nº 13** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados: principais premissas e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. **• Nota explicativa nº 13** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos im

pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. A taxa média ponderada de desconto foi definida com base na seguinte metodologia: Taxas de descontos que levam em consideração a média de custos de debêntures obtidas junto às instituições financeiras e avaliações de risco de crédito da Companhia, ajustadas aos prazos e valores dos contratos de arrendamento. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; • Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em espécie. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso e é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamentos a pagar no balanço patrimonial. A Companhia contabiliza impostos diferidos sobre arrendamentos com efeito em resultado semelhante aos das alterações, exceto que os impactos dos impostos diferidos são apresentados líquidos no balanço patrimonial. De acordo com a legislação, a Companhia reconheceu um imposto diferido ativo em imposto diferido passivo. Em 31 de dezembro de 2024, a diferença temporária tributável em relação ao ativo com direito de uso de R\$ 21.622 (nota explicativa 15.1) e a diferença temporária dedutível em relação ao passivo de arrendamento é de R\$ 24.115 (nota explicativa 15.2), resultando em um imposto diferido ativo líquido de R\$ 848 (nota explicativa 24). De acordo com as alterações, a Companhia apresentou um imposto diferido passivo separado de R\$ 7.351 e um imposto diferido ativo separado de R\$ 8.199. Não houve impacto sobre os lucros acumulados com adoção das alterações. **Arrendamentos de ativos de baixo valor** - A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos com uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **4. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. **A Classificação dos passivos como circulante ou não circulante com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1)** - As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitas a *covenants* futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Conforme divulgado na Nota Explicativa 16, a Companhia tem Debêntures incentivadas que estão sujeitas a *covenants* específicos. **b. Outras normas** - Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: **a** - Passivo de arrendamento em uma venda e *leasback* (alterações ao CPC 06 / IFRS 16); **b** - Ausência de convertibilidade (alterações ao CPC 02 / IAS 21); **c** - Demonstração dos Fluxos de caixa (alterações ao CPC 03 / IAS 7); **d** - Instrumentos Financeiros: Evidenciação (alterações ao CPC 40 / IFRS 7).

	2024	2023
Caixa	1	1
Bancos conta movimento	58	63
Aplicações de liquidez imediata	151.871	107.697
<b>Total</b>	<b>151.930</b>	<b>107.761</b>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalentes de caixa os valores que são realizáveis e convertíveis imediatamente em caixa. As aplicações de liquidez imediata são representadas por Fundos de Investimentos, que foram remunerados, em dezembro de 2024, a uma taxa

	2024	2023
<b>13. Imobilizado</b>		
<b>a. Composição do imobilizado</b>		
Benefetorias em imóveis de terceiros (a)	10	22
Bens e equipamentos de operação (a)	5	50
Móveis e utensílios	10	399
Equipamentos de informática	3	375
Imobilizado em construção - Bens e equipamentos de operação (b)	-	14.205
Bens e equipamentos de operação - Bacias 3 e 4	20	141.833
<b>Total</b>	<b>417.443</b>	<b>(144.246)</b>
<b>b. Movimentação do custo</b>		
Benefetorias em imóveis de terceiros (a)	9.914	-
Bens e equipamentos de operação (a)	233.346	44
Móveis e utensílios	363	33
Equipamentos de informática	245	116
Imobilizado em construção - Bens e equipamentos de operação (b)	13.550	19.042
Bens e equipamentos de operação - Bacias 3 e 4	141.435	-
<b>Total</b>	<b>398.853</b>	<b>19.235</b>
Benefetorias em imóveis de terceiros (a)	7.981	-
Bens e equipamentos de operação (a)	155.628	16.613
Móveis e utensílios	278	5
Equipamentos de informática	178	36
Imobilizado em construção - Bens e equipamentos de operação (b)	191.565	32.931
Bens e equipamentos de operação - Bacias 3 e 4	141.348	-
<b>Total</b>	<b>496.978</b>	<b>49.584</b>

(a) Em janeiro de 2018, a Companhia revisou as vidas úteis dos seus ativos. A depreciação das benefetorias em imóveis de terceiros e bens e equipamentos de operação de uso realizadas tomando como base os prazos de vida útil estabelecidos pelos peritos avaliadores, limitados aos períodos dos contratos de arrendamentos junto à Autoridade Portuária de Santos, de 28 de março de 2020 a 28 de março de 2040. (b) As imobilizações em andamento referem-se aos bens e equipamentos de operação em construção (ampliação e atualização). O saldo registrado em 31 de dezembro de 2024 refere-se substancialmente a: i. montante de R\$ 4.034 Derroçagem, para operações com navios de maior porte, se faz necessário o arrendamento do calado do *Pier* *refative Pier 1*, devido à presença de formações rochosas foi necessária a aquisição de equipamento especial para degastar e remoção de rochas; ii. montante de R\$ 2.566 Tanques - Revamp TQ-04, fornecimento de mão de obra especializada e materiais para elaboração de projeto executivo, montagem e desmontagem de andaime para acesso ao tanque, desmontagem do fundo e do teto existente e montagem do novo fundo e do novo teto do TQ-04, localizado na Bacia 1 do terminal; iii. montante de R\$ 1.686 Dragagem, trabalho de dragagem realizado mecanicamente com uso de baixa equipada com spray de escavadeira equipada com *clomsh&f* de 10m<sup>3</sup>, o equipamento foi posicionado dentro da área objeto da dragagem, onde realizou ciclos de carregamento de material e descarregamento em bateleiro de casco blindado, "split barge", iv. montante de R\$ 1.013 Monitoramento do espaço vapor, componentes de painéis analógicos e infraestrutura para medição da inflamabilidade do espaço vapor dos tanques, em atendimento ao órgão ambiental CETESB; v. montante de R\$ 850 Melhorias e adequações de acessos, fabricação e montagem de passarelas com escada de acesso para adequação de passagens sobre bacias, acesso a bocas de visita e degraus de escada helicoidal em tanques, em conformidade com a norma NR 12; e vi. montante de R\$ 786 Bombas de produtos Bacia 4, instalação de nova bomba para exportação de etanol a partir da Bacia 4.

	2024	2023
<b>c. Movimentação da depreciação acumulada</b>		
Benefetorias em imóveis de terceiros (a)	(5.914)	(381)
Bens e equipamentos de operação (a)	(85.355)	(14.004)
Móveis e utensílios	(253)	(13)
Equipamentos de informática	(137)	(51)
Bens e equipamentos de operação - Bacias 3 e 4	(30.777)	(7.362)
<b>Total</b>	<b>(122.430)</b>	<b>(21.811)</b>
Benefetorias em imóveis de terceiros (a)	(5.617)	(296)
Bens e equipamentos de operação (a)	(75.187)	(10.169)
Móveis e utensílios	(240)	(13)
Equipamentos de informática	(104)	(32)
Bens e equipamentos de operação - Bacias 3 e 4	(23.425)	(7.352)
<b>Total</b>	<b>(104.573)</b>	<b>(17.862)</b>

(a) A variação refere-se, principalmente, pela entrada em operação dos tanques de armazenamento 9 e 10, e do *Pier 2*. **Bacias 3 e 4** - Em 2019, entraram em operação as "bacias 3 e 4", sendo 24 tanques e equipamentos operacionais, cuja construção visa atender ao acordado na renovação antecipada do contrato de arrendamento, assinado em 01 de junho de 2015. O custo de construção e sua respectiva depreciação é demonstrado abaixo:

	2024	2023		
<b>Vida útil (em anos)</b>	<b>Custo</b>	<b>Depreciação acumulada</b>	<b>Líquido</b>	<b>Líquido</b>
Bacias 3 e 4	20	141.833	(38.139)	103.694
<b>Pier 2</b> - Após a transferência do <i>Pier 2</i> para Autoridade Portuária, parte da infraestrutura foi destinada como ativo imobilizado da Companhia no montante de R\$ 27.835, o custo de construção e sua respectiva depreciação é demonstrado abaixo:				
<b>Vida útil (em anos)</b>	<b>Custo</b>	<b>Depreciação acumulada</b>	<b>Líquido</b>	<b>Líquido</b>
Pier 2 - Imobilizado	5 e 16	27.835	(2.077)	25.758

	2024	2023		
<b>14. Intangível: a. Composição do intangível</b>				
<b>Vida útil (em anos)</b>	<b>Custo</b>	<b>Amortização acumulada</b>	<b>Líquido</b>	<b>Líquido</b>
Outorga - <i>Pier 2</i>	16	146.389	(9.682)	136.707
Outros intangíveis (a)	2	687	(591)	96
<b>Total</b>	<b>147.076</b>	<b>(10.273)</b>	<b>136.803</b>	<b>145.956</b>
Outorga sobre o <i>Pier 2</i> tem origem na renovação do contrato de arrendamento da controlada Ageo Norte com objetivo de realizar o investimento no <i>Pier 2</i> através do contrato celebrado em 01 de junho de 2015 pelo Sétimo Instrumento Aditivo - Retificação, Ratificação, Subrogação e Prorrogação ao Contrato DP/09.2000, de 28 de março de 2000, entre a Secretária de Portos da Presidência da República - SE/PR, CNPJ/MF nº 08.855.874/0001-32 e a Ageo Norte Terminals Armações Gerais S.A., CNPJ/MF nº 04.272.637/0001-98, tendo como intervenientes a Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, CNPJ/MF nº 04.903.587/0001-08 e Administração da Autoridade Portuária de Santos, CNPJ/MF sob nº 44.837.524/0001-07, tendo como objeto retificação, ratificação, subrogação e prorrogação do CONTRATO DP/09.2000 até 28 de março de 2040. O <i>Pier 2</i> passa a ser um bem público controlado pela Autoridade Portuária de Santos revertendo seu valor como contraprestação de outorga para Ageo Norte. (a) Refere-se a sistemas, aplicativos e softwares.				
<b>b. Movimentação do custo</b>				
Outorga - <i>Pier 2</i>	146.389	-	146.389	-
Intangível implantação	-	3	(3)	-
Outros intangíveis	674	10	3	687
<b>Total</b>	<b>147.063</b>	<b>13</b>	<b>(147.076)</b>	<b>-</b>
Outorga - <i>Pier 2</i>	-	-	146.389	146.389
Intangível implantação	-	146.389	(146.389)	-
Outros intangíveis	619	35	-	674
<b>Total</b>	<b>619</b>	<b>146.444</b>	<b>-</b>	<b>147.063</b>

	2023	2024
<b>c. Movimentação da amortização acumulada</b>		
Outorga - <i>Pier 2</i>	(744)	(8.938)
Outros intangíveis	(363)	(229)
<b>Total</b>	<b>(1.107)</b>	<b>(9.167)</b>
Outorga - <i>Pier 2</i>	-	(744)
Outros intangíveis	(180)	(183)
<b>Total</b>	<b>(180)</b>	<b>(927)</b>

**Provisão para redução no valor recuperável (Impairment)** - Os ativos da Companhia estão contabilizados por valores que não superam seus valores recuperáveis, inexistindo a necessidade do reconhecimento da desvalorização por meio da constituição da provisão para perdas. Para assegurar-se de que seus ativos não estão contabilizados por valor superior ao de recuperação pelo uso ou venda, a Companhia toma por base análises sobre os fatores externos e internos previstos no CPC 01 / IAS 36 - Redução ao valor recuperável de ativos e não identificou qualquer indicativo que requisesse a realização de teste de *impairment*. **15. Ativos de direito de uso e arrendamentos a pagar:** Os ativos de direito de uso relacionados a propriedades arrendadas que não atendem à definição de propriedade para investimento são apresentados como ativo imobilizado (vide Nota explicativa 13). A movimentação dos saldos do ativo e do passivo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 está demonstrada a seguir:

	2024	2023
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>13.516</b>
Adições	11.681	2.080
Baixas	(2.080)	(972)
Amortização	(972)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>22.145</b>
Adições	1.379	859
Amortização	(1.379)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>21.622</b>

média de 106,5% a 110,9% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), que, em dezembro de 2023, tiveram uma taxa média de 103% a 103,5% do CDI, com vencimento inferior a 90 dias; e por Operações Compromissadas, remuneradas em 31 de dezembro de 2024 a uma taxa média de 88,5% do CDI (80% em 31 de dezembro de 2023), estando sujeitas a um baixo risco de mudança de valor. As informações sobre a exposição da Companhia e riscos de crédito e de mercado sobre a mensuração a valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 31 de Instrumentos Financeiros.

	2024	2023
<b>6. Instrumentos financeiros derivativos</b>		
Ganho swap	24.748	28.449
Perda swap	-	-
Ativo financeiro derivativo líquido	<b>24.748</b>	<b>28.449</b>
Ativo circulante	3.298	1.461
Ativo não circulante	21.450	26.988
<b>Total</b>	<b>24.748</b>	<b>28.449</b>

Abaixo as movimentações ocorridas para o exercício findo em 31 de dezembro 2024:

	2024	2023
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>28.449</b>
Pagamento <i>swap</i>	408	-
Perda <i>swap</i>	(9.533)	-
Ativo <i>swap</i>	6.544	-
Recebimento <i>swap</i>	373	(1.120)
<b>Total</b>	<b>24.748</b>	<b>28.449</b>

A Companhia mantém operações para troca de índices ("*Swap*") para proteger eventuais flutuações das taxas de juros das debêntures cuja remuneração é IPCA mais juros de 4,17% a.a. para CDI + 1,65% a.a. As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração a valor justo estão incluídas na nota explicativa 31.

	2024	2023
<b>7. Contas a receber</b>		
Clientes nacionais	4.851	6.972
Subtotal	<b>4.851</b>	<b>6.972</b>
(1) Provisão para perda de créditos esperada	(153)	(153)
<b>Total</b>	<b>4.698</b>	<b>6.719</b>

Análise do vencimento das duplicatas a receber de clientes está demonstrada abaixo:

	2024	2023
<b>Aging list</b>		
TTLS a vencer	4.134	6.424
TTLS vencidos até 30 dias	524	355
TTLS vencidos de 31 até 180 dias	-	-
TTLS vencidos há mais de 180 dias	193	193
<b>Total</b>	<b>4.851</b>	<b>6.972</b>

	2024	2023
<b>8. Outros créditos</b>		
Adiantamentos a fornecedores	228	47
Créditos com funcionários	1	53
Outras contas a receber	56	63
<b>Total</b>	<b>285</b>	<b>592</b>

**9. Imposto de renda e contribuição social a recuperar**

	2024	2023
IRPJ e CSLL a recuperar	87	15
<b>Total</b>	<b>87</b>	<b>15</b>

**10. Outros impostos a recuperar**

	2024	2023
PIS e COFINS a recuperar	270	839
Outros	1	-
<b>Total</b>	<b>271</b>	<b>839</b>

**11. Despesas antecipadas**

	2024	2023
Prêmios de seguros (a)	1.249	1.481
ISS/PIS/COFINS s/ faturamento antecipado	373	331
<b>Total</b>	<b>1.622</b>	<b>1.612</b>

(a) Refere-se aos seguros garantia, seguro de operador portuário, seguro de riscos nomeados, seguro riscos ambientais, seguro empresarial, seguro fiança e seguro D&O. **12. Transações com partes relacionadas:** Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com suas partes relacionadas e colaboradores. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apresenta saldo a pagar no valor de R\$ 444. Remuneração dos Administradores - A remuneração dos Administradores para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 foram:

	2024	2023
Remuneração e encargos sociais	2.461	2.340
<b>Total</b>	<b>2.461</b>	<b>2.340</b>

	2024	2023		
<b>Vida útil (em anos)</b>	<b>Custo</b>	<b>Depreciação acumulada (a)</b>	<b>Líquido</b>	<b>Líquido</b>
10 a 22	10.995	(6.295)	4.700	4.000
5 a 50	249.636	(99.359)	150.277	147.991
Móveis e utensílios	10	(266)	133	110
Equipamentos de informática	3	(187)	188	107
Imobilizado em construção - Bens e equipamentos de operação (b)	-	14.205	14.205	13.550
Bens e equipamentos de operação - Bacias 3 e 4	20	(38.139)	(30.694)	(10.658)
<b>Total</b>	<b>417.443</b>	<b>(144.246)</b>	<b>273.196</b>	<b>276.416</b>
<b>2023</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferências</b>	<b>2024</b>
9.914	-	1.081	10.995	9.914
233.346	44	(10)	16.256	249.636
363	33	-	3	399
245	116	-	14	375
13.550	19.042	(635)	(17.752)	14.205
141.435	-	398	141.833	-
<b>398.853</b>	<b>19.235</b>	<b>(645)</b>	<b>(417.443)</b>	<b>-</b>
<b>2022</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferências</b>	<b>2023</b>
7.981	-	1.932	9.914	7.981
155.628	16.613	(1.095)	62.201	233.346
278	5	-	79	363
178	36	-	31	245
191.565	32.931	(146.615)	(64.331)	13.550
141.348	-	87	141.435	-
<b>496.978</b>	<b>49.584</b>	<b>(147.711)</b>	<b>(398.853)</b>	<b>-</b>

(a) Referem-se aos seguros garantia, seguro de operador portuário, seguro de riscos nomeados, seguro riscos ambientais, seguro empresarial, seguro fiança e seguro D&O. **12. Transações com partes relacionadas:** Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com suas partes relacionadas e colaboradores. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apresenta saldo a pagar no valor de R\$ 444. Remuneração dos Administradores - A remuneração dos Administradores para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 foram:

	2024	2023
Remuneração e encargos sociais	2.461	2.340
<b>Total</b>	<b>2.461</b>	<b>2.340</b>

	2024	2023
<b>15.2. Arrendamentos a pagar</b>		
<b>Passivo</b>		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>14.919</b>
Adições	11.681	(1.894)
Baixas	(1.894)	(2.371)

o banco Itaú que possui *rating* brAAA (estável), pela agência de *rating* de crédito *S&P Ratings*. *Risco de preços* - A Companhia considerada baixo o risco de preços por serem pactuados junto aos clientes no momento da celebração do contrato e que normalmente possuem prazos que variam de mínimo de 1 a 3 anos e os preços são corrigidos, anualmente, pelos índices IPCA ou IPA-DI. *Risco de liquidez* - Risco de liquidez é o risco em que a Companhia encontre dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja um nível de liquidez suficiente para cumprir com as obrigações vencidas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Os passivos financeiros não derivativos da Companhia classificados por data de vencimento (com base nos fluxos de caixa futuro não descontados) são os seguintes:

	2024						Valor estimado	Valor contábil
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 4 anos	Entre 5 e 6 anos	Maior que 7 anos			
Debêntures	67.366	115.768	-	-	-	-	183.134	155.641
Arrendamentos	861	2.246	2.309	2.663	16.036	-	24.115	24.115
Fornecedores	1.410	-	-	-	-	-	1.410	1.410
Outras contas a pagar	1.268	-	-	-	-	-	1.268	1.268
	<b>70.905</b>	<b>118.014</b>	<b>2.309</b>	<b>2.663</b>	<b>16.036</b>	-	<b>209.927</b>	<b>182.434</b>

**Risco de mercado** - Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado - tais como as taxas de câmbio e taxas de juros - afetarão os ganhos da Companhia ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela administração da Companhia. **Risco de taxa de juros** - Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas por oscilações nas taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia, atreladas ao CDI e IPCA. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em dois cenários além do provável.

Matheus Ruiz Santiago Diretor Presidente	Ricardo Wiering de Barros Diretor Administrativo Financeiro	Francisco Carlos Baltazar de Queiroz Contador - CRC 1SP197903/O-2
---	--	--

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

**Aos Administradores e Acionistas AGEO Norte Terminais e Armazéns Gerais S.A.**

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da AGEO Norte Terminais e Armazéns Gerais S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

**Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais Assuntos de Auditoria**

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



**Porque é um PAA**

**Reconhecimento da receita de prestação de serviço de armazenagem (Notas 1, 7 e 28)**  
Conforme mencionado nas Notas Explicativas 1, 7 e 28 a principal receita da Companhia é decorrente do serviço de armazenagem de grânéis líquidos, incluindo etanol, produtos aquecíveis, refrigerados, corrosivos, químicos, petroquímicos, combustíveis, ácidos, óleos minerais e vegetais, produtos alimentícios e especialidades para importação e/ou exportação. A receita proveniente desses serviços é reconhecida à medida que os serviços são prestados, com base nos contratos celebrados com os clientes. Quando os pagamentos são realizados antecipadamente, são registrados sob o título de “outras obrigações” e somente são reconhecidos como receita quando os serviços são efetivamente prestados, de acordo com o que foi acordado nos contratos. Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, em função da relevância das receitas nas demonstrações financeiras da Companhia.

**Ativo Imobilizado (Notas 3 (f) e 13 )**

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia registrava em suas demonstrações financeiras o montante de R\$ 273.196 mil, referente, substancialmente, aos investimentos em infraestrutura realizados em conexão com o contrato de direito de exploração e uso da Instalação Portuária. A Companhia destina recursos significativos à ampliação e manutenção de seus bens e equipamentos, com o objetivo de expandir, conservar e reparar os ativos imobilizados, além de substituir peças para garantir seu pleno funcionamento. Dessa forma, assegura que os ativos permaneçam dentro dos padrões de qualidade e segurança exigidos para a continuidade dos serviços, em conformidade com o contrato vigente. Dessa forma, a administração da Companhia avalia se a alocação dos gastos deve ser reconhecida como ativo imobilizado ou despesa. Considerando o volume de transações, o julgamento exercido pela administração e a relevância do ativo imobilizado nas demonstrações financeiras, entendemos que este é um assunto significativo em nossa auditoria.

**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

Nossa abordagem de auditoria inclui, entre outros, entendimento da política e metodologia utilizada pela Companhia no reconhecimento de receitas; Avaliação dos critérios e premissas adotadas no reconhecimento de receita através de testes substantivos documentais, incluindo confirmações externas com clientes da Companhia; Também avaliamos a adequação das divulgações realizadas nas demonstrações contábeis; Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que o processamento, o registro e o reconhecimento da receita realizados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, estão consistentes com os dados e informações obtidos em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria para esse assunto incluíram, entre outros: a avaliação das políticas contábeis adotadas pela Companhia para o reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado; Análises em base amostral, a classificação dos investimentos entre ativo imobilizado e gastos de manutenção reconhecidos no resultado do exercício, considerando a natureza desses investimentos; Também avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram todas as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima, consideramos que o reconhecimento e a mensuração do ativo imobilizado, bem como as respectivas divulgações, são adequados no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Exposição - Taxa de Juros	Saldo Contábil	Risco	Provável	25%	-25%	50%	-50%
IPCA			5,76%	7,20%	4,32%	8,64%	2,88%
Debêntures	(155.641)	Aumento IPCA	(164.606)	(166.847)	(162.365)	(169.088)	(160.123)
CDI			14,71%	18,39%	11,03%	22,07%	7,36%
Instrumentos derivativos - swap ativo	24.748	Diminuição CDI	28.388	29.299	27.478	30.209	26.568
Aplicações financeiras	151.871	Diminuição CDI	174.211	179.796	168.626	185.381	163.041
<b>Impacto no resultado</b>			<b>6.495</b>	<b>(6.495)</b>	<b>12.990</b>	<b>(12.990)</b>	

**32. Transações sem efeito caixa:** Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Companhia teve as seguintes transações não caixa, que não foram apresentadas nas Demonstrações dos fluxos de caixa:

Transações sem efeito caixa	2024	2023
Intangível – Outorga <i>Pier 2</i>	-	146.389
Imobilizado em construção – Bens e equipamentos	-	(146.389)
Dividendos propostos a pagar	67.245	105.923
Resultado do exercício	(67.245)	(105.923)
Instrumento financeiro derivativo	2.989	(1.810)
Receitas financeiras	6.544	26.645
Despesas financeiras	(9.533)	(24.835)
Ativo de direito de uso	856	11.681
Passivo de arrendamento	(856)	(11.681)
Baixas IFRS 16	-	186
Reversão IFRS 16	-	(186)
	-	-

**33. Cobertura de seguros:** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens próprios sujeitos a riscos e relativos às responsabilidades para com terceiros em função da sua atividade por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros. Em 31 de dezembro de 2024, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por:

Natureza da cobertura	Montantes segurados
Operador Portuário (Responsabilidade Civil)	259.426
Riscos Nomeados Operacionais	231.525
Riscos Ambientais	63.000
Responsabilidade Civil Administradores e Diretores D&O	50.400

**34. Eventos subsequentes: Dividendos e JSCP** - Em janeiro de 2025 a Ageo Norte realizou pagamento de dividendos no valor de R\$ 8.164 e JSCP no valor de R\$ 4.229 para sua controladora EBT.

**Outros assuntos - Valores correspondentes ao exercício anterior:** O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 28 de maio de 2024, sem ressalvas. **Demonstração do Valor Adicionado:** A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. AGEO Norte Terminais e Armazéns Gerais S.A. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos AGEO Norte Terminais e Armazéns Gerais S.A. nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e o eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 21 de março de 2025.



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias. **AUTENTICIDADE DA PÁGINA.** A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.gazetasp.com.br>

Sérgio Eduardo Zamora  
Contador CRC 1SP168728/O-4